

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 117

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE SETEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 076ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
16 DE SETEMBRO DE 2002**
(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Nelson Garcia; PSDB: Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Moysés Leônidas; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (44). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Irineu Colombo, Edno Guimarães, Ademar Traiano, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Tony Garcia e Neivo Beraldin (10).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 036/2002

Curitiba, 09 de setembro de 2002.

Senhor Presidente:

Em conformidade com o preceituado pelo artigo 65, da Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a V.

Exa., para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza a compensação pelo Poder Executivo de ativos adquiridos pelo Estado do Paraná, do Banco do Estado do Paraná S.A., por força do Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob condição, celebrando em 30 de junho de 1998, entre a União e o Estado do Paraná, com a interveniência do Banco do Estado do Paraná S.A. e do Banco Central do Brasil, com precatórios, contra a Fazenda Estadual e suas autarquias.

Regula ainda a matéria a Lei nº 11961 de 19/12/97, que autoriza refinanciamento da dívida de responsabilidade do Estado, a contratação de financiamento e aquisição de ativos e a assunção dos passivos do Banco do Estado do Paraná S.A., alterada pelas Leis nº 12201/98 e nº 12602/99.

O Plano de Lei em referência consulta aos superiores interesses da Administração, além do que permitirá ao Estado do Paraná, através da gestora de seus ativos, a Agência de Fomento do Paraná S/A; reaver seus créditos advindos da privatização do Banestado.

Como é sabido, pelo disposto na Lei nº 11741 de 19/06/1997, aquela Agência de Fomento foi autorizada a assumir os ativos, passivos e outros direitos e obrigações oriundos da Carteira de Desenvolvimento do Banestado.

Posteriormente, pelo disposto no Decreto nº 3764 de 23/03/2001, ficou encarregada da gestão da carteira de créditos e da cobrança de contratos inadimplentes, sob condições, revertendo os recursos advindos das repactuações, ao Tesouro do Estado.

Além da recuperação dos créditos pelo Estado do Paraná, através da Agência de Fomento, as renegociações efetivadas, também tem oportunizado às empresas inadimplentes regularizar sua situação e recuperar o acesso à crédito no mercado, financeiro, capacitando-as a voltar a produzir, gerando emprego e renda.

Atualmente e atendendo às normas estabelecidas pelos Decretos nºs 3764 de 23/03/2001 e 5100 de 05/12/2001, o Comitê de Gestão e Controle criado por aquele primeiro Decreto, tem aprovado diversos pedidos de repactuação e valores existindo porém empresas sem condições de atendimento das exigências legais, sendo assim o teor do anteprojeto uma das formas encontradas para a viabilização das renegociações destas empresas.

Assim o que se pretende é que sejam autorizados os pagamentos daqueles valores devidos ao Estado do Paraná, através de precatórios existentes no estoque, e devidos pela Fazenda Pública Estadual.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 037/2002

Curitiba, 09 de setembro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial, área de 10.560 m², situada à Avenida Honrad Adenauer - bairro Tarumã, no município de Curitiba, parte de área maior de 36.000,00 m², caracterizada pelo Lote N1, medindo 88,00 m X 120,00 m, respeitando a área de 25.440,00 m², utilizada pela Escola Estadual Maria Balbina Costa Dias, área total integrante do patrimônio do Estado do Paraná, conforme Transcrição nº 12.326, da 2ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

O Plano de Lei em referência consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade eis que, tal imóvel será utilizado exclusivamente para a instalação e manutenção da referida Associação, que inestimáveis serviços vem prestando à sociedade paranaense.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 038/2002

Curitiba, 16 de setembro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que o valor do soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná será fixado, para cada posto ou graduação, com base no posto de Coronel, observada a estrutura da Tabela de Funções do Escalonamento Hierárquico, nos índices atualmente vigentes, estampados em anexo específico integrante desta proposição.

O plano de lei em referência reveste-se de grande significado, eis que virá atender antiga reivindicação dos integrantes da Polícia Militar do Estado, conferindo-lhes justiça remuneratória, nas melhores bases atualmente permitidas e suportáveis pelo erário estadual.

Vale ressaltar que a proposição ora formulada decorre de estudos conjuntos realizados pelo Comando Geral da Polícia Militar; Secretaria de Estado da Segurança, da Justiça e da Cidadania; Secretaria de Estado da Administração e da Previdência; e pela Parana Previdência, a mim apresentados através do protocolado nº 5.219.304-4. No referido expediente, firmado pelo Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, está apensada, às fls. 104, Exposição de Motivos, cujos termos ratifico, porque bem justificam a medida ora proposta e que, portanto, seguem em anexo, por cópia.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA LEI 6417/73

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar do Paraná. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.

A hierarquia militar é a ordenação de autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura da Polícia Militar. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antigüidade no posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é constitucional no espírito de acatamento à seqüência de autoridade.

A disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.

Ocorre, porém, que a hierarquia a disciplina militar foram sensivelmente abaladas por decisões provenientes do Judiciário que, num primeiro momento, provocado por alguns militares para analisar as alterações legislativas havidas no índice da gratificação policial militar especial e na tabela de escalonamento reconheceu que a Administração Estadual, à época, teria ofendido, através dessas alterações legislativas, o princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos, determinando que o índice da gratificação policial militar especial fosse calculado com esteio em legislação revogada.

Posteriormente, tal entendimento foi corrigido pela mais alta Corte do Judiciário Nacional, o Supremo Tribunal Federal.

Entretanto, restaram algumas decisões judiciais acobertadas pelo manto da coisa julgada e que ainda favorecem uma pequena parcela de militares, o que fez exsurgir um clima de desarmonia, notadamente de natureza remuneratória, entre os membros da Corporação. Urge que tal situação seja corrigida, através do presente anteprojeto de lei, sob pena de se agravar, cada vez mais, o descontentamento e desmotivação da Tropa.

Este anteprojeto de lei se resume em aumentar os índices da Gratificação Policial Militar Especial para todos os postos e graduações, respeitando a coisa julgada e recompondo a estrutura funcional e hierárquica prevista no Estatuto da PMPR - Lei nº 1943/54, e em conseqüência, o escalonamento vertical previsto no artigo 107 da Lei nº 6417/73, eliminando-se de vez, a disparidade de vencimentos existente, mantendo a diferença entre os vencimentos dos policiais militares que se encontram em

determinados postos e graduações, conforme seus níveis de responsabilidade funcional, pois não seria razoável elaborar um anteprojeto de lei que mantivesse as distorções atualmente notadas, que resultam, por exemplo, na inexplicável circunstância de superiores hierárquicos (*verbi gratia*, Comandante de Companhia ou Oficial de Ronda) estarem percebendo menos que os seus comandados que estão sob as suas ordens.

Pretende-se, também, restabelecer o plano de carreira e a ascensão funcional regular, que deve ser conquistada pelo mérito através de cursos e pelo satisfatório desempenho profissional que é reconhecido e se consubstancia, no seu devido tempo, com a respectiva promoção.

Por derradeiro, frise-se que a presente alteração da Lei de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná, visa preservar a “equivalência salarial” existente há décadas, entre os membros da Polícia Militar e da Polícia Civil, em que a política salarial não pode estar desatrelada do contexto da tão propalada “integração” das polícias, meta perseguida com despreendimento e determinação pelo Comandante Geral da Polícia Militar pelo Diretor da Polícia Civil e pelo Secretário de Estado da Segurança Pública e Justiça.

ANTEPROJETO DE LEI 630/2002

Art. 1º - O valor do soldo dos integrantes da Polícia Militar do Paraná será fixado, para cada posto ou graduação, com base no soldo do posto de Coronel, observada a estrutura da Tabela de Funções do Escalonamento Hierárquico cujos índices e valores atualmente vigentes são os constantes do anexo I do presente texto legal.

Art. 2º - A Gratificação Policial Militar Especial de que trata o artigo 89, item 3, da Lei nº 6.417 de 03 de julho de 1973, com a redação dada pela Lei nº 11.366 de 26 de abril de 1996, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação, passam a ter os índices constantes do anexo II do presente texto legal.

Parágrafo Único - A implantação dos valores relativos aos índices da Gratificação Policial Militar Especial, de que trata este artigo, serão efetivadas em três parcelas, sendo a primeira: a partir de 1º de janeiro de 2003; a segunda a partir de 1º de janeiro de 2004 e a terceira a partir de 1º de janeiro de 2005, conforme anexos III, IV e V respectivamente do presente texto legal.

Art. 3º - O item “4” do artigo 13 e “*caput*” do artigo 19, da Lei nº 6.417, de 13 de julho de 1973, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 13 - O Policial Militar, pelo efetivo exercício de suas funções, fará jus às seguintes gratificações:

...

4 - Gratificação pelo efetivo exercício de função com risco de vida, que será calculada sobre o valor do

soldo do respectivo posto ou graduação na proporção de 1/3 (um terço ou 33,33%).

Art. 19 - A Gratificação de Tempo de Serviço, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação é devida ao policial militar:

...”

Art. 4º - Aplicar-se-á aos proventos e às pensões as alterações contidas nesta lei, sendo extensivo na mesma proporção eventual reajuste concedido ao Policial Militar em serviço ativo.

Art. 5º - Constatada a redução de remuneração, de proventos ou de pensões, decorrente da aplicação desta lei, o valor da diferença será pago a título de vantagem pessoal nominalmente identificada.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no parágrafo único do artigo 2º desta lei, revogando-se o item “3” do artigo 78 e itens “1” e “2” do artigo 93 da Lei nº 6.417, de 13 de julho de 1973, que trata do adicional de inatividade e demais disposições em contrário.

ANEXO I

Soldo e Funções do Escalonamento Hierárquico

FUNÇÃO DE NÍVEL DE APERFEIÇOAMENTO SUPERIOR		
Posto/Graduação	R\$	Índice
CORONEL	784,49	1000
TENENTE CORONEL	716,24	913
MAJOR	684,08	872
FUNÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR		
CAPITÃO	627,58	800
1º TENENTE	573,46	731
2º TENENTE	516,19	658
FUNÇÃO DE NÍVEL ACADÊMICO		
ASPIRANTE A OFICIAL	417,35	532
ALUNO 3º ANO	374,20	477
ALUNO 2º ANO	350,67	447
ALUNO 1º ANO	334,98	427
FUNÇÃO DE NÍVEL TÉCNICO		
SUBTENENTE	417,35	532
1º SARGENTO	374,20	477
2º SARGENTO	350,67	447
3º SARGENTO	334,98	427
FUNÇÃO DE NÍVEL MÉDIO		

ANEXO I
Soldo e Funções do Escalonamento Hierárquico

CABO	299,68	382
SOLDADO 1ª CLASSE	290,26	370
SOLDADO 2ª CLASSE	274,57	350

ANEXO II
Percentual da Gratificação PM Especial

Posto/Graduação	Percentagem
CORONEL	797,00%
TENENTE CORONEL	795,00%
MAJOR	704,00%
CAPITÃO	702,00%
1º TENENTE	430,00%
2º TENENTE	410,00%
ASPIRANTE A OFICIAL	324,00%
AL CFO/3	181,10%
AL CFO/2	163,20%
AL CFO/1	163,20%
SUBTENENTE	324,00%
1º SARGENTO	265,61%
2º SARGENTO	263,00%
3º SARGENTO	258,00%
CABO	252,00%
SOLDADO 1ª CLASSE	230,00%
SOLDADO 2ª CLASSE	163,20%

ANEXO III
Parcelamento da Gratificação Especial
Polícia Militar
Valores a serem aplicados a partir de
01 de janeiro de 2003

Posto/Graduação	Percentagem
CORONEL	670,00%
TENENTE CORONEL	668,00%
MAJOR	591,00%
CAPITÃO	589,00%
1º TENENTE	368,00%
2º TENENTE	348,00%
ASPIRANTE A OFICIAL	281,00%

ANEXO III
Parcelamento da Gratificação Especial
Polícia Militar
Valores a serem aplicados a partir de
01 de janeiro de 2003

AL CFO/3	181,10%
AL CFO/2	163,20%
AL CFO/1	163,20%
SUBTENENTE	277,00%
1º SARGENTO	265,61%
2º SARGENTO	263,00%
3º SARGENTO	256,00%
CABO	210,00%
SOLDADO 1ª CLASSE	188,00%
SOLDADO 2ª CLASSE	163,20%

ANEXO IV
Parcelamento da Gratificação Especial
Polícia Militar
Valores a serem aplicados a partir de
01 de janeiro de 2004

Posto/Graduação	Percentagem
CORONEL	734,00%
TENENTE CORONEL	732,00%
MAJOR	647,00%
CAPITÃO	646,00%
1º TENENTE	399,00%
2º TENENTE	379,00%
ASPIRANTE A OFICIAL	293,00%
AL CFO/3	181,10%
AL CFO/2	163,20%
AL CFO/1	163,20%
SUBTENENTE	294,00%
1º SARGENTO	265,61%
2º SARGENTO	263,00%
3º SARGENTO	256,00%
CABO	231,00%
SOLDADO 1ª CLASSE	209,00%
SOLDADO 2ª CLASSE	163,20%

ANEXO V
Parcelamento da Gratificação Especial
Polícia Militar
Valores a serem aplicados a partir de
01 de janeiro de 2005

Posto/Graduação	Porcentagem
CORONEL	797,00%
TENENTE CORONEL	795,00%
MAJOR	704,00%
CAPITÃO	702,00%
1º TENENTE	430,00%
2º TENENTE	410,00%
ASPIRANTE A OFICIAL	324,00%
AL CFO/3	181,10%
AL CFO/2	163,20%
AL CFO/1	163,20%
SUBTENENTE	324,00%
1º SARGENTO	265,61%
2º SARGENTO	263,00%
3º SARGENTO	258,00%
CABO	252,00%
SOLDADO 1ª CLASSE	230,00%
SOLDADO 2ª CLASSE	163,20%

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 1791/2002, do senhor Rinaldo Junqueira de Barros, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do convênio com a Associação dos Pequenos e Médios Produtores Agrícolas de Santo Antônio do Caiuá / PR, com o objetivo de apoiar a realização do 1º Seminário Regional de Desenvolvimento Agropecuário - Projeto Arenito Caiuá. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/447/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 347/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/449/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº:

207/2002: de autoria do deputado Cezar Silvestri, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Cristalino, localizada no Rio Barra Preta, o qual foi convertido em Lei nº 13.754. **Anote-se - Arquive-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/450/2002, do senhor governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo, o Projeto de Lei nº 386/2002, de autoria do Poder Executivo. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/451/2002, do senhor governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo o Projeto de Lei nº 311/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/452/2002, do senhor governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo o Projeto de Lei nº 017/2001, de autoria do deputado Ribas Carli. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/453/2002, do senhor governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo, o Projeto de Lei nº 467/2002, de autoria do Poder Executivo. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2250

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para que os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.09.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2246

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 554/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, por ter recebido Emenda de Plenário, e por não ter sido a mesma apreciada na CCJ.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 16.09.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2250

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 556/2002, item 23 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 16.09.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2249

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, com fundamento no artigo 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, quebra de interstício e transformação da Sessão Plenária do dia 17 de setembro próximo, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos projetos de lei a seguir relacionados:

630/2002 - Mensagem nº 038/2002, que trata do soldo da PM-PR;

568/2002 - Mensagem nº 033/2002, que autoriza entes da Administração a compensar seus créditos;

601/2002 - que autoriza permuta de imóvel no Porto de Paranaguá; e,

631/2002 - que dispõe sobre alterações na Lei nº 12.457/99.

Sala das Sessões, em 16.09.2002.

(aa) HERMAS BRANDÃO

DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães, Nelson Tureck, Antonio Carlos Belinati, Carlos Simões, Basílio Zanusso, Luiz Carlos Alborghetti, Valdir Rossoni, Nelson Justus, Elio Rusch, Nelson Garcia, Cesar Seleme, Divanir Braz Palma e 01 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 2247

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121 do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 618/2002 e 628/2002, que autoriza o Poder Executivo a compensar os débitos decorrentes de ativos do Banestado.

Sala das Sessões, em 16.09.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2236

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do médico Dr. Flodoaldo Trindade.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.09.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em Curitiba, dia 15 de setembro de 2002, aos 82 anos de idade, o médico Dr. Flodoaldo Trindade, funcionário inativo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Filho de Nicepharo Nicanor Bezerra de Trindade e dona Amélia A. de Trindade. Deixou viúva dona Ruth de Camillo Russi.

O médico Dr. Flodoaldo Trindade iniciou suas funções como médico na Assembléia em 27 de dezembro de 1962. Além de médico, exerceu também a função de diretor geral desta Casa de Leis.

O passamento de Flodoaldo Trindade veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este deputado.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada à família e ao trabalho.

Sua família, a família que adorava, despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemidas são umas dentre tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Descanse, pois, amigo Flodoaldo, na certeza de que deixou em cada ser que o cercou um admirador e um amigo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Trindade, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2237

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Enock de Lima Pereira.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.09.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em Curitiba, dia 15 de setembro de 2002, aos 68 anos de idade, o jornalista Enock de Lima Pereira, filho de Virgilino Pereira e Flora de Lima Pereira. Deixou viúva dona Evanese Luzia Rame Mylla.

O jornalista Enock de Lima Pereira foi redator e secretário de redação do jornal Tribuna do Paraná, nos anos 60, por duas vezes assessor de imprensa do médico Arnaldo Busato, quando este foi secretário estadual da Saúde, nos governos Paulo Pimentel, década de 60, e Jayme Canet Júnior, década de 70, além de redator do Comitê da Assembléia Legislativa do Paraná.

O passamento de Enock de Lima Pereira veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este deputado.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada à família.

Sua família, a família que adorava, despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Pereira, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2240

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao senhor prefeito de Foz do Iguaçu, Sâmis da Silva, indicando a implantação do acostamento e instalação de pontos de ônibus na Avenida Tarquínio Joslin dos Santos, no trecho entre a Avenida Tancredo Neves até a Subestação de Furnas, defronte a Unioeste, conforme mapa anexo.

Sala das Sessões, em 16.09.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Tal medida se faz necessária tendo em vista os inúmeros acidentes ocasionados pelo crescente tráfego de veículos (carros, caminhonetes, ônibus coletivos, micro-ônibus e caminhões) simultaneamente com pedestres, ciclistas, motociclistas e moradores da região, todos na pista da estrada, conforme abaixo-assinado enviado pela população de Foz do Iguaçu, que diante da insegurança decorrente dos freqüentes acidentes, solicitam a imediata instalação de acostamento e de pontos de ônibus na Avenida Tarquínio Joslin dos Santos.

Conforme o abaixo-assinado, o transporte de alunos, professores e funcionários à Unioeste e a Universidade das Américas, principalmente nos horários de pico de movimento, vem causando constantes acidentes, devido à falta de acostamento da Avenida Tarquínio Joslin dos Santos.

Além do acostamento, se faz necessária a instalação imediata de pontos de parada para embarque e desembarque, com o respectivo ponto coberto, para que o ônibus coletivo saia da pista e pare no ponto, permitindo o acesso aos usuários do transporte coletivo, haja vista que, atualmente, o ônibus coletivo pára na pista da via, ocasionando interrupção do tráfego.

A viabilização e implantação do referido acostamento, bem como dos pontos de ônibus, aumentará a segurança dos usuários do transporte coletivo e das demais pessoas que trafegam na pista e, como conse-

quência, reduzirá o número de acidentes que ocorrem constantemente no local.

REQUERIMENTO Nº 2241

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. governador do Estado senhor Jaime Lerner; ao senhor Antonio Correia Ribas - diretor geral da Itaipu e ao senhor Dimas F. Toledo, diretor-presidente de Furnas, para que seja determinada a implantação do acostamento e instalação de pontos de ônibus na Avenida Tarquínio Joslin dos Santos, no trecho entre a Avenida Tancredo Neves até a Subestação de Furnas, defronte a Unioeste - Foz do Iguaçu, conforme mapa anexo.

Sala das Sessões, em 16.09.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Tal medida se faz necessária tendo em vista os inúmeros acidentes ocasionados pelo crescente tráfego de veículos (carros, caminhonetes, ônibus coletivos, micro-ônibus e caminhões) simultaneamente com pedestres, ciclistas, motociclistas e moradores da região, todos na pista da estrada, conforme abaixo-assinado enviado pela população de Foz do Iguaçu, que diante da insegurança decorrente dos freqüentes acidentes, solicitam a imediata instalação de acostamento e de pontos de ônibus na Avenida Tarquínio Joslin dos Santos.

Conforme o abaixo-assinado, o transporte de alunos, professores e funcionários à Unioeste e a Universidade das Américas, principalmente nos horários de pico de movimento, vem causando constantes acidentes, devido à falta de acostamento da Avenida Tarquínio Joslin dos Santos.

Além do acostamento, se faz necessária a instalação imediata de pontos de parada para embarque e desembarque, com o respectivo ponto coberto, para que o ônibus coletivo saia da pista e pare no ponto, permitindo o acesso aos usuários do transporte coletivo, haja vista que, atualmente, o ônibus coletivo pára na pista da via, ocasionando interrupção do tráfego.

A viabilização e implantação do referido acostamento, bem como dos pontos de ônibus, aumentará a segurança dos usuários do transporte coletivo e das demais pessoas que trafegam na pista e, como consequência, reduzirá o número de acidentes que ocorrem constantemente no local.

REQUERIMENTO Nº 2238

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do artigo: "Centenário do Estadista Juscelino Kubitschek de Oliveira", de autoria do doutor René Ariel Dotti, publicado no jornal Gazeta do Povo do dia 12 de setembro de 2002.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao doutor René Ariel Dotti; ao doutor Francisco Cunha Pereira Filho, diretor-presidente da Gazeta do Povo, bem como para a família Kubitschek, aos cuidados do senhor deputado federal Paulo Octavio Alves Pereira, em Brasília.

Sala das Sessões, em 16.09.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É indeclinável dever, honrar aqueles que por seus méritos fazem jus à admiração e à gratidão de seus semelhantes. O doutor René Ariel Dotti, analisou e comentou com muita propriedade o centenário de nascimento do inesquecível presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

União de Democracia e Desenvolvimento

O binômio democracia e desenvolvimento é a característica mais marcante do presidente Juscelino Kubitschek. “Ele tinha a habilidade de dialogar. Foi um período de crescimento econômico sem precedentes na história brasileira”. Ao trazer o capital externo, o presidente mexeu com o brio da bancada ruralista no Congresso Nacional, driblando os deputados e senadores com a criação de grupos executivos de desenvolvimento em diversas áreas. “(Ele foi) uma personalidade que ultrapassou o esquema político”.

Sobre a pecha de populista que o presidente ganhou com o passar das décadas. Foi com Juscelino que o Brasil deu os seus primeiros passos rumo à globalização. A indústria pesada brasileira - especialmente a automotiva - se desenvolveu graças à entrada de capitais externos no país. JK ficou conhecido como o presidente da “industrialização modernizante”. “E havia interesse da sociedade na industrialização”.

O aspecto 100% democrático do governo de Juscelino, na visão dos cientistas políticos, é o que o coloca em um patamar único entre os presidentes do país desde a proclamação da República, em 1889. “Getúlio Vargas ficou conhecido por sua agenda social, mas foi um ditador na época do “Estado Novo”. JK tomou posse, governou e entregou a faixa presidencial a seu sucessor (Jânio Quadros). Na época, ele foi o único a completar esse ciclo”.

JK, a falta que faz

Juscelino Kubitschek de Oliveira é um daqueles raros exemplares homens públicos que vivem além de seu tempo. Por isso o verbo está aí no tempo presente - JK ainda é. Os brasileiros comemoram os 100 anos de seu nascimento que aconteceu na pérola do barroco mineiro, a Diamantina de tantos mineiros ilustres.

Homens como Juscelino não podem ser julgados pelo que viveram no tempo de suas vidas. Infelizmente não são muitos os homens públicos brasileiros que sobrevivem ao seu tempo. A contemporaneidade é pródiga em gerar equívocos de avaliações e julgamentos porque costuma ser sempre perpassada por paixões, estas grandes

inimigas da serenidade. Juscelino foi uma das vítimas preferenciais dos julgadores apaixonados.

A sua grandeza humana era confundida como uma manifestação de grave patologia delirante. Mas o Brasil não seria o mesmo sem aquela absurda inundação de entusiasmo e otimismo que JK esparramava pelo Brasil afora. Pés no chão, olhos nas estrelas, era esta a sua filosofia de governo desde que assumiu a prefeitura de Belo Horizonte nos anos 40 e construiu, com o gênio de Oscar Niemayer, o conjunto da Pampulha, o primeiro marco relevante da modernidade brasileira.

Anos depois, quando construiu Brasília, a inclemente e irada oposição dizia que Juscelino fora encarnado pela alma de algum faraó maluco e a nova capital haveria de ser o seu monumento funerário. E Brasília veio a ser exatamente o contrário, um radiante monumento à vida. Deus pegou um século e pôs a maior parte dele no colo de Juscelino. Daí a obstinada pressa de Juscelino em fazer para o Brasil 50 anos em 5. Fez. Juscelino era um homem de paz, homem de anistia, do esquecimento dos agravos - e foram tantos - mas quando se tratava de construir um Brasil novo era um combatente em tempo integral. Tinha horror à vingança, à mesquinha, à mediocridade. Não podia perder tempo e energia com estes sentimentos menores pois tinha uma tarefa grandiosa a cumprir - renovar com urgência urgentíssima um Brasil arcaico.

“Um homem maior que seus erros”. Juscelino faz uma imensa falta ao Brasil, principalmente neste momento em que os brasileiros, mesmo às vésperas de uma eleição presidencial, vêem suas esperanças se dissiparem num emaranhado de homens medíocres, de tempos medíocres e de sonhos medíocres. Faz imensa falta ao Brasil o carisma prodigioso de JK.

Por todos esses argumentos é que solicitamos a transcrição para os Anais da Assembléia Legislativa, do artigo: “Centenário do Estadista Juscelino Kubitschek de Oliveira”, de autoria do doutor René Ariel Dotti, para que fique gravado para a posteridade.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 631/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam alteradas as tabelas constantes nos artigos 3º e 7º da Lei Estadual nº 12457, de 18 de janeiro de 1999, referente aos valores de plantões, exercidos por profissionais regularmente habilitados nos termos da legislação em vigor, e por professores do Ensino Superior das Instituições Estaduais de Ensino Superior, que realizam plantões, conforme tabelas abaixo:

Agentes Universitários da Carreira do Pessoal Técnico Administrativo (artigo 3º da Lei nº 12457/99)**VALOR POR PLANTÃO**

CLASSE	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
IX	147,89	153,06	158,42	163,97	169,70	175,64	181,79	188,15	194,74	201,56
CLASSE	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
IX	208,61	215,91	223,47	231,29	239,38	247,76	256,43	265,41	274,70	284,31

Professores de Ensino Superior (artigo 7º da Lei nº 12457/99)**VALOR POR PLANTÃO**

NÍVEL	AUXILIAR	ASSISTENTE	ADJUNTO	ASSOCIADO	TITULAR
A	192,25	222,50	264,23	305,80	-
B	199,95	231,40	274,80	314,96	-
C	199,95	231,40	274,80	324,41	-
D	207,94	240,66	285,79	-	369,83

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.09.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Nelson Tureck, Nelson Garcia, Geraldo Cartário e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva regularizar a situação, mediante alterações nas tabelas, do pessoal técnico administrativo e professores do Ensino Superior das Instituições Estaduais de Ensino Superior que realizam plantões junto aos hospitais universitários, conforme o disposto nos artigos 3º e 7º da Lei Estadual nº 12457, de 18 de janeiro de 1999.

A Lei nº 13518, de 27 de março de 2002, alterou as tabelas de vencimentos das carreiras do pessoal docente e do pessoal técnico administrativo das Universidades Estaduais do Paraná, de que trata a Lei Estadual nº 11713, de 07 de maio de 1997, e não fez referência às tabelas da Lei Estadual nº 12457, de 18 de janeiro de 1999.

Tal medida complementa as readequações nas distorções salariais dos funcionários das Instituições Estaduais de Ensino Superior, acordadas entre o Governo do Estado e as lideranças do Movimento de Greve das Universidades Estaduais, com a participação de representantes da Assembléia Legislativa do Estado, com efeitos financeiros a partir de do corrente ano.

As referidas alterações deverão ser atendidas por meio do remanejamento de recursos advindos das dotações orçamentárias das próprias universidades, para a rubrica despesa de pessoal, e não incidirão sobre os valores dos cargos comissionados e funções gratificadas das universidades, por não estarem amparados pela Lei nº 11713, de 07 de maio de 1997.

PROJETO DE LEI Nº 632/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os ocupantes das Funções estabelecidas no art. 1º da Lei nº 12.547, de 26 de janeiro de 1999, serão aposentados com os proventos calculados com base na média do número de plantões efetuados nos últimos 48 (quarenta e oito) meses.

Parágrafo Único - No caso de aposentadoria de servidores com menos de 48 (quarenta e oito) meses de exercício da função de plantonista os proventos serão calculados com base na média do número de plantões realizados nos meses efetivamente trabalhados, desde que cumprido, no mínimo, o período de estágio probatório, na respectiva função.

Art. 2º - A Gratificação por Plantão integrará os proventos de aposentadoria do professor de Ensino Superior da IES, desde que percebida à época da aposentado-

ria, por um período não inferior a 04 (quatro) anos consecutivos ou 06 (seis) anos alternados, calculada apurando-se a média dos últimos 04 (quatro) anos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.09.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

1 Ilegível, Nelson Garcia, Nelson Tureck e Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

Muitos dos profissionais que trabalham em regime de plantão, o fazem de forma exclusiva, portanto não há como negar seu direito a aposentadoria.

PROJETO DE LEI Nº 633/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Conjunto Antilhas, Mundo Novo e Cidade Nova- AMANCI, com sede e foro no município de Comarca de Campo Mourão-Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.09.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Conjunto Antilhas, Mundo Novo e Cidade Nova- Amanci, fundada em 16 de julho de 1999, com sede a Rua prefeito Antonio dos Santos, 1493, Conjunto Cidade Nova e foro no município de Campo Mourão - Paraná, é uma sociedade civil, sem finalidade lucrativa, política partidária ou religiosa, com prazo de duração por tempo indeterminado, sendo a entidade máxima de representação, reivindicação, coordenação e defesa dos interesses gerais dos moradores dos Conjuntos Antilhas, Mundo Novo e Cidade Nova.

PROJETO DE LEI Nº 634/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica assegurada a alunos do ensino superior com renda familiar igual ou inferior a 03 (três) salários mínimos, prioridade no ingresso em universidades públicas estaduais, através de transferência, no limite de vagas disponíveis ofertadas pelas instituições a esse título e publicadas em editais específicos.

Art. 2º - A transferência somente será permitida para alunos que tenham concluído o 1º ano ou corresponde até a data da matrícula.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.09.2002

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

São grandes dificuldades enfrentadas por alunos oriundos de famílias carentes para entrarem numa faculdade, mas com sacrifício resultante de esforço próprio e com a ajuda de familiares, não raramente prejudicando o sustento, muitos conseguem chegar a uma universidade ultrapassando barreiras muitas vezes intransponíveis porque estão ligadas à situação econômica.

Na busca da realização de um sonho e na esperança de conquistar um futuro melhor com oportunidades profissionais que poderão melhorar a sua qualidade de vida e de sua família, os não aprovados nos vestibulares das universidades públicas continuam persistindo nesse objetivo e conseguem ingressar em instituições privadas, porém, com elevada dificuldade parte pagam as mensalidades, outros conseguem financiamento educativo e muitos trancam as matrículas não concluindo os cursos.

Diante do exposto e da persistência desses jovens, e com o objetivo de ajudá-los a concretizar esse sonho quase impossível é que formulamos esta proposição, no intuito de proporcionar condições àqueles cuja família tenham renda familiar não superior a R\$600,00 (seiscientos reais), equivalente a 03 (três) salários mínimos, e concluído o 1º ano, de ingressarem em universidade pública, priorizando a eles as vagas ofertadas pelas instituições mantidas pelo governo.

A existência de vagas para transferência em instituições públicas, leva um número significativo de alunos a disputarem uma quantidade pequena de vagas, cuja participação de acadêmicos pertencentes a famílias com melhores condições financeiras frustram o ingresso de estudantes carentes.

Diante do exposto, entendendo ser justa socialmente a nossa proposta, gostaríamos de contar com o apoio dos nobres pares desta Casa, na certeza de que muito contribuirão para com aqueles que lutam no dia-a-dia para alcançar um futuro melhor em nossa sociedade.

PROJETO DE LEI Nº 635/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída no Calendário Escolar da rede de ensino fundamental, médio e superior, a Semana turística Cultural, compreendendo 05 (cinco) dias sucessivos do ano letivo.

Art. 2º - A Semana Turística Cultural, de cunho pedagógico, será desenvolvida através de viagens a municípios paranaenses e em pontos turísticos reconhecidos pelos poderes públicos municipais ou estaduais, com a participação de formandos nos anos de suas formaturas.

§ 1º - A data da sua ocorrência será definida pela direção de cada instituição de ensino.

§ 2º - Para efeito de frequência será considerada como presença, contabilizado em horas/aula, os dias de afastamento dos alunos formandos para a participação no evento.

Art. 3º - O aluno deverá demonstrar o conhecimento cultural adquirido através de avaliação realizada pelo estabelecimento de ensino na forma por ele estabelecida.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.09.2002

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Ampliar o conhecimento cultural dos alunos do ensino fundamental, médio ou superior, através de viagens a municípios paranaenses onde aconteceram fatos históricos, ou ainda conhecer a tradição, a cultura e locais turísticos das diversas regiões do Estado, durante um determinado período que denominamos Semana Turística Cultural, é o objetivo do presente projeto de lei.

A Semana Turística Cultural deverá acontecer no período de 05 (cinco) dias consecutivos, em data que será estabelecida pela instituição educacional, em cada ano que ocorrer formatura, devendo ser realizada no território paranaense, com a participação dos formandos, sendo que após o retorno o aluno será submetido à avaliação quanto aos conhecimentos culturais adquiridos, podendo somar o resultado dessa avaliação a demais notas de disciplina ou disciplinas indicadas pelo estabelecimento, auxiliando na formação da sua nota final.

Acreditamos que esse período será de fundamental importância para os alunos, contribuindo para sua formação cultural, cujo conhecimento poderá ser utilizado futuramente no desenvolvimento de outras atividades escolares.

PROJETO DE LEI Nº 636/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As empresas concessionárias responsáveis pela exploração de rodovias privatizadas no território paranaense ficam obrigadas a diferenciar os valores de cobrança tarifária de pedágio de caminhões que transitam sem carga.

Art. 2º - A tarifa não poderá ultrapassar o valor de cobrança correspondente a um eixo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.09.2002

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

É extremamente preocupante as dificuldades pelas quais vem passando o transporte de cargas no Estado do

Paraná, especialmente no que tange aos profissionais autônomos que necessitam utilizar-se de estradas pedagiadas em nosso Estado.

Temos verificado que estudos elaborados por instituições ligadas ao setor agrícola vêm demonstrando que os caminhoneiros não estão conseguindo obter remuneração suficiente para ao menos pagar as despesas de combustível, refeições, hospedagem e demais inerentes a sua atividade, sem contar os eventuais problemas mecânicos ou outros relacionados ao veículo e que surgem nas viagens, frente ao elevado custo da tarifa de pedágio.

Não podemos deixar de admitir que os transportadores de cargas realmente se beneficiam das estradas pedagiadas, onde usufruem de uma rodovia em boas condições, com segurança e uma estrutura adequada às necessidades rotineiras da categoria, mas entendemos que o valor cobrado não é justo por ser deveras elevado e que poderia ser mais condizente com a nossa realidade econômica atual e com a capacidade financeira do setor.

É necessário que urgentemente se rediscuta a questão do pedágio no Paraná, com a revisão de critérios para a cobrança em valores mais justos, e a participação efetiva da categoria em todas as decisões que envolvam a questão.

Um estudo elaborado pela gerência técnica e econômica da Ocepar- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná em conjunto com a FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná, demonstra que a continuar a cobrança das tarifas de pedágio nos patamares atuais, principalmente quanto ao transporte de grãos, o fato acabará inviabilizando as atividades desenvolvidas por centenas de produtores paranaenses.

Como exemplo citamos o transporte de Maringá ao Porto de Paranaguá. No trecho existem 07 (sete) pedágios, pagando o caminhoneiro, ida e volta R\$283,00 (duzentos e oitenta e três reais) equivalente a 21,06 (vinte e uma, virgula seis) sacas de milho.

O custo do pedágio, no exemplo do trecho Foz do Iguaçu-Paranaguá, equivale a 9,28% do custo da produção, enquanto no caso do calcário, o pedágio representa 40,95% do valor do produto, quando transportado de Almirante Tamandaré a Cascavel. Isto vem a comprovar que a tarifa do pedágio representa um alto percentual do valor do produto.

Diante desse fato, entendemos que, para amenizar o problema enfrentado pelos caminhoneiros com relação ao custo do pedágio, é necessário a redução desse elevado custo e a nossa proposta busca esse objetivo, ou seja, o transportador que trafegar com carga deverá permanecer pagando o pedágio em valores compatíveis, contudo, se transitar em rodovias concessionadas sem carga, portanto não auferindo lucro algum, pagará o valor nunca superior à tarifa cobrada correspondente a um eixo, obtendo assim um benefício que pode representar uma melhoria na sua renda e garantindo a viabilidade de algumas atividades, como a exportação de grãos.

PROJETO DE LEI Nº 637/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Comunidade Hebraica Cristã, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.09.2002

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A comunidade Hebraica Cristã foi criada com o objetivo de promover o atendimento às pessoas carentes da comunidade de Londrina e da região, procurando proporcionar uma melhoria social, profissional e espiritual na vida de seus atendidos.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes.

Passamos ao Horário das Lideranças.

PL. PSC. PSL. PDT.

Concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, confesso que por uma questão de complexidade do próprio projeto de autoria de V. Exa. - Projeto nº 556/2002, que estabelece regime especial de ICMS nas importações realizadas, através das estações aduaneiras, da Estação Aduaneira do Interior de Maringá - o que observamos é que se está ampliando ainda mais o prazo de recolhimento dos 80%, devido inclusive, ao efeito cascata, dentro desse projeto que V. Exa. propõe.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou fazer uma proposta a V. Exa.: retiro por dez (10) Sessões, para depois do período eleitoral.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PT.

Concedo a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Uso o Horário da Liderança do PT para abordar duas questões: a primeira é em relação ao apelo à Comis-

são de Constituição e Justiça - o relator é o deputado Antonio Carlos Belinati - para que dê notícias se os três projetos de decreto legislativo, que estão tramitando em regime de urgência, foram regularizados pela Assessoria da Comissão Executiva, porque amanhã expira o prazo, de acordo com a Sessão anterior, da semana passada.

Gostaria que esses projetos fossem votados na tarde de amanhã, haja vista que o deputado Basílio Zanusso, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, estará aqui amanhã, com certeza.

A outra questão, diz respeito aos funcionários públicos, sobretudo aos professores, que tiveram veto apostado pelo governador Jaime Lerner, naquela mensagem que discutiu a majoração dos seus vencimentos. A solicitação que gostaríamos de fazer à Mesa Executiva é se, ainda até amanhã, poderemos votar o veto do governador Jaime Lerner, em relação aos aposentados do magistério.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos colocá-lo amanhã, na Sessão Extraordinária.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Amanhã, senhor presidente.

A outra questão, senhor presidente, é com relação aos decretos legislativos, que estão em regime de urgência. O deputado Basílio Zanusso, que é presidente da Comissão, não está presente. Amanhã a CCJ vai fazer uma reunião - ou hoje, no final da tarde - mesmo porque acho que amanhã deverá entrar o projeto da Polícia Militar, majorando os salários dos policiais militares.

Essa informação, a respeito do veto, já nos satisfaz. Gostaria que V. Exa. desse uma olhada na Assessoria Legislativa, para ver se o regime de urgência foi apensado ao projeto que estava na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou determinar as providências para que seja apensado aos projetos.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PPB. PMDB. PFL. PSDB.

Com a palavra, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, deputado Hermas Brandão, senhores parlamentares.

Quero inicialmente saudar os alunos da Escola Durival de Brito, que hoje se fazem presentes neste plenário, acompanhando a Sessão da tarde de hoje. Sejam todos bem-vindos à nossa Casa, à nossa Assembléia Legislativa, e obrigado pelo carinho dispensado a nós, parlamentares.

Senhor presidente, inicialmente quero dizer da satisfação - e aqui faço de público o agradecimento ao governador do Estado Jaime Lerner, em nome de toda classe da Polícia Civil do Paraná, especialmente as classes de base, em nome do Sinclapol - Sindicato dos Agentes da Polícia Civil, em nome da união da Polícia Civil, que durante um bom período estiveram presentes a esta Casa, acompanhando os debates, trazendo informações que eram necessárias, as reivindicações que acabaram sendo atendidas por esta Casa, por todos os senhores parlamentares, que teve a sensibilidade também do líder do Governo, deputado Durval Amaral, das Oposições, e felizmente, terminamos o ano com uma satisfação muito grande dada à instituição da nossa Polícia Civil.

O governo do Estado sancionou na última sexta-feira, a mensagem que trata da reestruturação dos quadros da Polícia Civil e com isso cumpre evidentemente um trabalho que foi bastante desenvolvido aqui por esta Casa, pelos senhores parlamentares, e tivemos a honra e satisfação de sermos o relator da matéria.

Ao mesmo tempo, senhor presidente, senhores deputados, também para tranquilizar os nossos policiais militares, as esposas dos senhores policiais, o governo também faz encaminhamento, neste momento, à Assembleia Legislativa, também da Mensagem nº 038/2002, com data de 16 de setembro de 2002, a mensagem assinada pelo senhor governador propondo também uma reestruturação da nossa gloriosa corporação, da nossa Polícia Militar do Estado do Paraná. E podem ter certeza, senhores militares, senhoras esposas dos policiais militares, que a Assembleia Legislativa será sensível às reivindicações.

Desde já agradeço ao presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, ao líder do Governo, deputado Durval Amaral, e ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Basílio Zanusso, a minha indicação para ser o relator da Mensagem nº 038/2002, que trata da reestruturação também da Polícia Militar. Estamos fazendo todos os esforços no sentido de que ainda amanhã possamos votar esta matéria, para que venha tranquilizar os policiais militares. Vamos fazer um entendimento com as lideranças de Partidos para que ainda se transforme, no dia de amanhã, o Plenário da Assembleia em Comissão Geral, para que possamos, em duas ou três Sessões, votar esta matéria que é de fundamental importância para a nossa gloriosa Polícia Militar do Estado do Paraná.

Neste sentido, senhor presidente, senhores deputados, tenho já em mãos, a mensagem original, já deverei em seguida, estar reunido com a minha Assessoria Jurídica para, ao final da tarde, apresentar ao presidente e ao líder do Governo, deputado Durval Amaral, já pelo menos, uma súmula deste parecer, que amanhã esta Casa certamente vai votar em Comissão Geral.

Portanto, duas matérias importantes, uma já votada por esta Casa e já sancionada pelo governador do Estado,

e a segunda que chegou há questão de meia hora atrás nesta Assembleia, assinada pelo governador do Estado, e que vamos ter a responsabilidade de ser o relator desta matéria.

Por isso, desde já queremos contar com a colaboração dos líderes partidários, enfim, dos senhores parlamentares, para que possamos fazer um parecer que venha a ser do agrado de toda corporação da nossa Polícia Militar.

Era só, senhor presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 038/2002, subscrita pelo senhor governador do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei dispondo que o valor do soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná fixado, para cada posto ou graduação, com base no posto de coronel, observada a estrutura da tabela de Funções do Escalonamento Hierárquico, nos índices atualmente vigentes, estampados em anexo específico integrante desta proposição. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Fernando Guimarães, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Durval Amaral, com apoio dos deputados Nelson Tureck, Nelson Garcia, Geraldo Cartário e um ilegível, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 554/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 6º da Lei nº 13.213, de junho de 2001, conforme especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO - PARECER DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do

Projeto de Lei nº 554/2002, por não ter passado a Emenda na CCJ - **Aprovado.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 456/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Municipal Manoel Medina Martins - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede no município de Rancho Alegre D'Oeste e foro no município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 513/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual João XXIII - Ensino Médio, com sede no município de Janiópolis e foro na Comarca de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual D. Pedro II - Ensino Fundamental, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/2002, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do bairro Santa Terezinha, com sede e foro no município de Clevelândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 533/2002, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Pró Desenvolvimento Sustentável - Apades, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 544/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário, com sede no município de Itaperuçu e foro no município de Rio Branco do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que concede título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Alfredo Gelinski. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação Cristã Evangélica Sul Americana - Acesa, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 576/2002, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Criadores de Gado Jersey do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 578/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Músicos do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 580/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/2002, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Provopar (Programa de Voluntariado Paranaense) - ação social, imóvel de propriedade do Estado, situado nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 582/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Carita de Paranaguá, com sede e foro no município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 586/2002, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade de Butiatuvinha - contorno norte, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 589/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cantagalo, com sede e foro no município de Cantagalo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 590/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que autoriza o Poder Legislativo a declarar de Utilidade Pública a Associação Cristã Beneficente de Turvo, com sede e foro no mesmo município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 591/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que autoriza o Poder Legislativo a declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Banhado Grande, com sede e foro em Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 592/2002, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Maria do Oeste, com sede no município de Santa Maria do Oeste e foro no município de Pitanga. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/99, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que institui a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC E CDH. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 020/99, de 05/04/99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETOS DE LEI NºS 141/99 E 233/2001

P A R E C E R :

Os presentes projetos de lei, de autoria respectivamente dos deputados Antonio Carlos Belinati e Divanir

Braz Palma, visam instituir a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMAS FONSECA - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AOS
PROJETOS DE LEI NºS 141/99 E 233/2001

Art. 1º - As mensagens publicadas de atos, programas, serviços e campanhas da administração direta, indireta e funcional do Estado do Paraná, veiculadas na televisão, terão tradução simultânea para a linguagem brasileira de sinais - Libras, e serão apresentadas em legendas, com o objetivo de se tornarem acessíveis aos portadores de deficiência auditiva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMAS FONSECA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETOS DE LEI NºS 141/99 E 233/2001

P A R E C E R :

Os planos de lei em análise, de autoria dos nobres deputados Antonio Carlos Belinati e Divanir Braz Palma respectivamente, tem por finalidade instituir a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial.

Atualmente apesar da tecnologia predominante, os meios de comunicação, com raras exceções, não oferecem aos deficientes auditivos uma forma para que possam participar das ações governamentais divulgadas na comunicação televisiva por isso, nada mais justo que as mensagens das campanhas da administração direta e indireta sejam traduzidas simultaneamente para linguagem de sinais - Libras e apresentadas em legendas para que se tornem acessíveis aos portadores de deficiência auditiva.

Sendo assim ao ser analisado pela Comissão de Obras, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva geral anexa aos projetos acima citados, que visa suprir o conteúdo do projeto primeiro em tramite com a inclusão de que também fosse realizada as mensagens governamentais na forma de legendas.

Sala das Comissões, em 15.05.2002.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

CHICO NOROESTE - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
PROJETOS DE LEI NºS 141/99 E 233/2001

P A R E C E R :

Os projetos de lei em análise, de autoria dos ilustres deputados Antonio Carlos Belinati e Divanir Braz Palma, respectivamente, dispõem sobre o mesmo assunto razão pela qual foram anexados.

Quanto ao mérito que envolve a matéria tratada, objeto de apreciação por esta Comissão de Direitos Humanos, há que se louvar a iniciativa dos seus autores, eis que a proposta, se convertida em lei, propiciará às pessoas portadoras de deficiências auditivas que tomem conhecimento das mensagens de interesse público, publicadas pelos órgãos da administração.

Nestas condições, parecer é favorável, opinando pela aprovação dos projetos, na forma da Emenda Substitutiva Geral apresentada pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.05.2002.

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Tuneiras II, localizada no Rio Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado. (Publ no DA nº 038/2002, de 09/04/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 208/2002

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 208/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Tuneiras II, localizada no Rio Pitanga, entre os municípios de Pitanga e Boa Ventura de São Roque.

Chamada esta comissão a se manifestar, constatou-se que a matéria em tela, atende aos requisitos legais, não havendo óbices a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 208/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Tunei-

ras II, localizada no Rio Pitanga, entre os municípios de Pitanga e Boa Ventura de São Roque.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, com parecer do deputado Orlando Pessuti, manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Esta Comissão de Finanças, chamada à manifestação de mérito consonante com o § 3º do artigo 33 do Regimento Interno, emite parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22.05.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 208/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Tuneiras II, localizada no Rio Pitanga.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a manifestar-se, e tendo em vista o relevante interesse da matéria, opinamos pelo parecer favorável à sua aprovação, prosseguindo assim sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.08.2002.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
ADEMIR BIER - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 253/2002, de autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida da Comunidade Santa Rosa do Ocoi, com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 049/2002, de 24/04/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 253/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 253/2002

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 509/2002, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Bairro dos Gonçalves, com sede e foro no município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 096/2002, de 02/07/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 509/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Bairro dos Gonçalves, com sede e foro no município de Goioerê.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 509/2002

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Bairro dos Gonçalves, com sede e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 556/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que estabelece Regime Fiscal do ICMS nas importações realizadas através da Estação Aduaneira Interior de Maringá - EADI. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ no DA nº 104/2002, de 12/08/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 556/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, visa estabelecer Regime Fiscal do ICMS nas importações realizadas através da Estação Aduaneira Interior de Maringá - EADI.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, conforme eu falei com V. Exa. será que eu poderia defender a permanência desse projeto? Um projeto de grande envergadura.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado, ele voltará para a pauta novamente e aí V. Exa, terá a oportunidade.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Quando é que voltará?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos votá-lo após o período eleitoral.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Espero que não seja no ano que vem, porque eu não estarei aqui, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, não, será neste ano, com certeza.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 556/2002 por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 556/2002.

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, acrescenta Alíneas "Q"

e “R” ao inciso II, do artigo 14, da Lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996; (ICMS). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 105/2002, de 13.08.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 564/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, visa acrescentar alíneas “q” e “r” ao inciso II, do artigo 14, da Lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996 (ICMS).

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 572/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, com sede e foro no município de Campinas, Estado de São Paulo e representação em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 106/2002, de 19.08.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 572/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, com representação Regional no Município de Curitiba, e sede e foro no município de Campinas, Estado de São Paulo.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 02.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 573/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, declara de Utilidade Pública a Assistência Social do Homem Rural da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo, com sede e foro no município de Paranaguá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 106/2002, de 19.08.2002).**

cípio de Paranaguá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 106/2002, de 19.08.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 573/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Assistência Social do Homem Rural da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo, com e sede e foro no município de Paranaguá.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 02.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 587/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Vicente Leporace - Educação Ensino Fundamental e Médio, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/2002, de 26.08.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 587/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Vicente Leporace - Ensino Fundamental e Médio, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 587/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Vicente Leporace - Ensino Fundamental e Médio, com sede no

município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2236 a 2237, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2238, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (**A matéria acha-se publicada no final desta Ata**).

Requerimento nº 2240, de autoria do deputado Iri-neu Colombo, constante do expediente. **Encaminhe-se na forma do requerido.**

Requerimento nº 2241, de autoria do deputado Iri-neu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2247, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2251, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2249, de autoria dos deputados Hermas Brandão e Durval Amaral, com apoio dos deputados Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães, Nelson Tureck, Antonio Carlos Belinati e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado. Recebido na forma do Art. 107, do Regimento Interno.**

Este requerimento será votado na Sessão de amanhã.

A Presidência informa aos senhores deputados que se for aprovado o requerimento de transformação do Plenário em Comissão Geral, teremos diversas Sessões Extraordinárias.

A Presidência gostaria de cumprimentar o deputado Algaci Tulio que está comemorando hoje, 45 anos como radialista e comunicador e setenta anos de idade.

(**Aplausos**)

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Inicialmente, senhor presidente, muito obrigado pela deferência, pelo registro do fato que, na verdade, para mim é um fato histórico, mas não pré-histórico. É um fato histórico.

Completo, na verdade, na data de hoje, 45 anos de comunicador, tendo iniciado muito cedo, aos 16 anos de idade, começando pelos campos de várzea do esporte amador de Curitiba, chegando ao esporte profissional, tendo a felicidade de ter coberto uma Copa do Mundo, Joos Internacionais, Maracanã e até hoje, mato a minha

saudade, aos sábados à tarde, transmitindo jogos do futebol amador, mas, depois, passei para a área policial onde foram 32 anos nesta área policial e mais, de quatro anos para cá, tenho sido âncora de um programa de jornalismo na Rádio Clube Paranaense.

Portanto estou muito feliz na comemoração dos 45 anos. Não reclamo dos setenta anos colocados por V. Exa. Quem me dera chegar aos setenta anos com esta carcaça que, evidentemente seria muito bom, mas eu completo 61 anos de idade.

Neste ano, completarei 62 anos. Me sinto muito jovem ainda, com muito a dar para este Paraná, com muito a fazer pelo Estado do Paraná.

Obrigado aos companheiros pela deferência e estão todos convidados para um jantar de adesão, nesta noite, no Restaurante Madalosso.

Obrigado.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu vi no anúncio da Ordem do Dia de amanhã, e eu gostaria de ter a informação se o veto que diz respeito aos professores aposentados também entrará na Ordem do Dia de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Entrará numa Sessão Extraordinária de amanhã.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 17, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 589 e 590/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 141/99; 208, 253, 509, 564, 572, 573 e 587/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de lei nºs 568, 601, 630, 631/2002 e do Projeto de Resolução nº 020/2002.

Marco ainda uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 075/ 2002 e 093/2002.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 589 e 590/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 568, 601, 630 e 631/2002 e do Projeto de Resolução nº 020/2002.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 16 DE SETEMBRO DE 2002.

“Juscelino Kubitschek de Oliveira”

René Ariel Dotti

Numa de suas aulas de Direito Constitucional, em meados dos anos 50, o pranteado mestre José Munhoz de Melo deplorava as enormes dificuldades existentes no Rio de Janeiro para continuar sediando a capital da República. Ele falava com a autoridade e a experiência do constituinte federal de 1946, que viveu e sentiu a necessidade da mudança. Não obstante o generoso cenário natural e a encantadora simpatia de seu povo, o Rio deixava muito a desejar quanto aos espaços de representação nacional e às estruturas funcionais.

São Salvador foi a primeira sede administrativa do Brasil (1578 - 1763), até ser transferida para o Rio de Janeiro. Há registros históricos indicando que desde muito tempo já se apregoavam as vantagens de mudar a capital para o interior do país. Os libertários da Conjuração Mineira de 1789 preferiam a cidade de São João del Rei.

O Correio Brasiliense, editado em Londres (1808-1823), tornou-se um dos periódicos mais importantes da imprensa brasileira. A partir de 1813, o jornal passou a defender vigorosamente a interiorização da capital brasileira. Também José Bonifácio de Andrada e Silva, logo após a Independência do Brasil, ofereceu à Assembléia Constituinte que então presidia um documento em forma de memória sobre as vantagens de uma nova capital do Império no interior do país, numa das vertentes do Rio São Francisco, e que poderia chamar-se Petrópole ou Brasília.

Aquele movimento assumiu maior densidade com o advento da República (1889), tendo a Constituição de 1891, declarado no artigo 3º: “Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal”. E as Cartas Políticas de 1934 e 1946 também propunham a mudança, dizendo esta enfaticamente: “A Capital da União será transferida para o planalto central do País”.

Foi Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976) quem teve a visão, a coragem e a perseverança de materializar o projetado sonho. Nascido em Diamantina (MG), ele exerceu a medicina antes de ingressar na vida política, principiando como chefe de gabinete de Benedito Valadares, interventor federal em Minas Gerais. Eleito deputado federal em 1933, ele auxiliou os candidatos a vereador pelo Partido Progressista de Minas Gerais (PP) e estava apoiando José Américo de Almeida à Presidência da República nas eleições de 1938, em oposição a Armando de Sales Oliveira, governador de São Paulo. Mas, ao perceber as articulações golpistas para a manutenção de Vargas no poder, Juscelino decidiu retomar as suas atividades médicas e perdeu o mandato na Câmara Federal em face do golpe de Estado deflagrado em 10 de novembro de 1937 e que decretou o recesso do Congresso Nacional.

Em sua notável trajetória política, Juscelino foi prefeito de Belo Horizonte, deputado federal constituinte pelo Partido Social Democrático (PSD), retornando à Câmara em 1946, governador de Minas Gerais (1951-1955) e, finalmente, presidente da República (1956-1961). A ditadura militar, receosa do prestígio popular do ex-presidente e da probabilidade de sua nova eleição, cassou-lhe o mandato de senador e decretou a perda de seus direitos políticos pelo prazo de dez anos (1964).

Após longa permanência na Europa (França e Portugal), Juscelino voltou ao Brasil e, juntamente com Carlos Lacerda e João Goulart (exilado no Uruguai), articulou a chamada Frente Ampla pela restauração da democracia. Ameaçado de ser confinado caso desenvolvesse atividades políticas (1967), Juscelino sofreu o exílio no próprio país. Passou a dedicar-se à área empresarial e posteriormente à sua fazenda. Em 1974, foi eleito membro da Academia Mineira de Letras. No ano seguinte, ao disputar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, foi derrotado pelo escritor goiano Bernardo Ellis, pela diferença de um voto.

Foi uma injustiça maior que o tamanho de Brasília.